

Identidade e Diferença. A Cultura como Factor de Defesa e de Coesão*

Guilherme d'Oliveira Martins

Presidente do Tribunal de Contas

Resumo

Reportando a Identidade Nacional a um conceito aberto de cultura como encruzilhada entre a memória e a criação, o autor identifica cinco factores essenciais à vida contemporânea de uma sociedade livre e cosmopolita, centrada no respeito da dignidade da pessoa humana. A vontade, a coesão, a ânsia de regeneração, a educação, a necessidade de adequação entre meios e fins são esses factores de identidade. Existimos porque quisemos e queremos, reconhecemo-nos como um só povo que concretiza uma coesão plural, desejamos mudar e romper com o fatalismo, somos confrontados com a exigência de ter os olhos abertos, de cuidar de aprender, de cultivar o ensino e a experiência e somos chamados a conciliar meios e fins. E tomamos consciência do que Eduardo Lourenço ensina: demos a volta ao mundo, como povo, para tomar “a medida” da nossa “maravilhosa imperfeição”.

Abstract

Identity and Diversity: Culture as a Factor of Defence and Cohesion

National Identity is a concept of culture as the crossroads of memory and new ideas which contain five elements indispensable to the contemporary life of an open society, with the human rights dignity at its centre, will, cohesion, regeneration, education and the need of a balance between means and ends are factor of identity. We exist because we see ourselves as part of just one people that summarize the plural cohesion, we wish to break fatality, we are obliged to have our eyes open, to learn and make education grow; we are called to reconcile the means and the ends. As Eduardo Lourenço teaches: we travel around the world as people, to understand the “measure” of our “wonderful imperfection”.

* Lição inaugural proferida em 28 de Novembro de 2007 na Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2007/2008 do Instituto da Defesa Nacional.

«O tempo de um povo é trans-histórico na própria medida em que é "historicidade", jogo imprevisível com os tempos diversos em que o seu destino se espalhou até ao presente e que o futuro reorganizará de maneira misteriosa».

Eduardo Lourenço, *Portugal como Destino; seguido de Mitologia da Saudade*, Gradiva, 1999

Quem somos? O que nos distingue uns dos outros? Qual o significado dos sentimentos de pertença? Numa sociedade aberta e pluralista, as referências são diversas e complexas e o que temos de entender é quais os elos capazes de caracterizar quem somos e de influenciar o que fazemos. As simplificações são, assim, enganadoras – como sempre foram. Uma só pertença não nos pode caracterizar, até porque o “homem unidimensional” não permite fazer compreender a humanidade, limitando-se a dar uma caricatura insusceptível de definir um traço capaz de caracterizar algo que, delimitando as fronteiras dentro das quais se desenvolve a acção, funcione como catalizador, como mobilizador ou como motor de afirmação ou de emancipação.

O debate, tão actual, sobre os “comunitarismos” está, por isso, centrado na exigência de demarcação relativamente aos monismos explicativos. Um modelo fechado, uma sociedade fechada sobre si mesma, preocupada apenas com as suas particularidades empobrece, torna-se vulnerável e sobretudo perde a dimensão do respeito e da aceitação do “outro”, abandonando a aspiração à perspectiva universalista, que obriga à consideração da dignidade de pessoa humana, na sua complexidade, pluralismo e abertura, em lugar da perspectiva do fechamento ou do circuito fechado.

Se Ortega y Gasset nos alertava para a necessidade de compreendermos as circunstâncias em que nos inserimos, como janelas abertas ao mundo e à acção, também nos obrigava a superarmos a perspectiva empobrecedora do homem-massa.¹ Em ambos os pólos, desde o hiperegóismo individualista à dissolução na multidão uniforme, devemos entender que a pluralidade de pertenças e que a aspiração universalista e cosmopolita à “vida digna” põe-nos perante o necessário equilíbrio entre o atomismo e a emergência da massa uniforme. Somos sempre várias referências, várias pertenças e várias atitudes e valores. Ainda que uma identidade que assumimos seja normalmente muito marcada,

1 Afirma Ortega y Gasset: “Yo soy yo y mi circunstancia. Y si no la salvo a ella no me salvo yo”. Cf. *Meditaciones del Quixote*, 1ª ed., 1914, *Vd. tb. La Rebelión de las massas*, 1ª ed., 1930.

a verdade é que procuramos sempre uma síntese que parta da situação concreta e da particularidade para uma visão universalista. A História é feita de movimentos centrífugos e centrípetos e nós, actores e figurantes, determinantes e determinados, criadores e criaturas, somos o resultado e a síntese que decorre desses encontros paradoxais.

É sabido que a cultura é uma realidade dificilmente definível. Referimo-nos à superação do estado de natureza, segundo uns, como se estivéssemos perante o factor que distingue o caos e o cosmos sociais, ou à realização da própria natureza de acordo com outros. O certo é que nos situamos normalmente na convergência entre factores unificadores e fragmentários. Fala-se da sociedade culta como sociedade cultivada, mas fala-se também da cultura popular e de cultura erudita ou de um conceito étnico de cultura e de “cultura-aprendizagem” da sociedade educativa. A reflexão da cultura e da natureza pode ser vista, assim, à luz de diversas perspectivas, uma vez que a pessoa humana se afirma de várias maneiras.

Cultura, no sentido etimológico tem a ver com o cultivar da terra e com o semear e o colher, mas, ao longo do tempo, passou a ter um sentido de culto e de “construção” (*bildung*) e passou a ligar-se ao próprio processo transformador da humanidade. Cultura e educação completam-se, a *paideia* grega e a *humanitas* latina significam o caminho de cada um se assumir como pessoa. Lembre-se o humanismo universalista de Jaime Cortesão. Leia-se Henri Marrou, ao dar-nos as grandes tendências da história da educação ocidental, referindo-as à “construção” da pessoa humana. E recorde-se ainda Maria Zambrano, a discípula de Ortega e Unamuno.

“Algo no ser humano escapa e transcende a sociedade em que vive” – afirma Zambrano. Daí que tenhamos de ir do indivíduo à pessoa, compreendendo ainda que a pessoa humana não se esgota na história, “porque alguma dimensão do seu ser está mais além dela. E por isso a produz”.² Se o lugar do indivíduo é a sociedade, o lugar da pessoa é “o espaço íntimo”, a solidão. E é esta ligação entre a sociedade e o espaço pessoal que permite estabelecer uma ponte entre a cultura herdada e a cultura criada e inovadora e entre o passado e o futuro. Encontramos, pois, o “núcleo vital capaz de atravessar a morte biológica”; e, aberta ao futuro, a vida abre-se à infinitude. Apenas a pessoa humana pode “unir” o tempo. E dessa capacidade de união resulta o entendimento da importância do tempo e do seu ritmo.

2 Cf. *Pessoa e Democracia*, Fim de Século, 2004; e nosso texto “A Magia de Maria Zambrano”, publicado in *JL*, de 5.12.2007.

Mas o que é a democracia? É a sociedade “na qual não só é permitido, mas exigido ser pessoa” (Zambrano). Está, assim, em causa um processo de humanização, mais do que um mero procedimento formal ou normativo. Se é importante o primado da lei e a existência de um sistema jurídico, a verdade é que a democracia tem de considerar um processo de legitimação que leve ao respeito efectivo da dignidade humana. A sociedade perante o homem-massa e a pessoa humana entra num dilema – em especial quando “a solução está na fidelidade, na dupla fidelidade ao absoluto e à relatividade, àquilo que vivemos ou vemos fora do tempo e ao tempo no seu correr implacável” –, como insiste a filósofa espanhola. Em boa verdade, não há aqui, porém, contradição, mas sim complementaridade. O que se exige é a atenção à vida real e concreta. Se o vitalismo de Ortega nos ensina que “somos necessariamente livres”, Zambrano afirma que “somos necessariamente pessoa”. Liberdade e pessoa estão intrinsecamente ligadas. A pessoa está confrontada com a solidão, que a caracteriza, diferentemente do indivíduo, e então descobre-se livre e responsável. E é a pessoa que oferece garantia de autenticidade, porque pode escolher, pode fechar ou abrir, pode aceitar ou recusar. Estamos perante a criação do homem pelo homem, como disse Jean Lacroix. Ser livre e responsável obriga a ser mais do que um número ou do que algo que desaparece na massa. Há, pois, um desafio: o de respeitarmos a singularidade, para além dos indivíduos que somos, já que o que está em causa é a possibilidade de superar a mediocridade através da autonomia, da liberdade e da criatividade.

“Se o homem ocidental tirar a sua máscara – diz ainda Maria Zambrano –, renuncia a ser personagem na história, ficará disponível para se eleger como pessoa. Não é possível eleger-se a si mesmo como pessoa sem eleger, ao mesmo tempo, os restantes. E eis que os restantes são todos os homens”. E como não lembrar que, etimologicamente, pessoa vem do grego *prosopon*, que queria exactamente significar a máscara do actor ou a personagem do teatro? E aqui temos de ouvir Francisco Sá de Miranda a pôr a tónica na pluralidade que constitui a nossa própria identidade e a conflitualidade íntima que ela envolve: “Comigo me desavim/ sou posto em todo perigo; / não posso viver comigo/ /Nem posso fugir de mim”...

Há, pois, um primeiro factor na procura da identidade que é a busca de nós e dos outros na dignidade humana, a busca como factor de diferença e de pluralidade, e como apelo ao universalismo. A cidadania inclusiva dos nossos dias, a cultura dos direitos fundamentais, as responsabilidades cívicas, o capital social – tudo isso nos obriga a projectar, para além do isolamento egoísta, a defesa da pessoa humana. Dir-se-á, porém, que a pessoa não pode ser compreendida sem a comunidade concreta em que se

insere, sem a pertença e sem os laços que a ligam aos outros membros desse grupo de proximidade. Sem dúvida que assim é. No entanto, não se trata de pôr primeiro a comunidade ou o indivíduo, mas de considerar a pessoa (“o outro que era eu”, de Ruben A.) como ponto de encontro entre o universalismo da dignidade e a diferença das várias pertenças – em lugar do primado das ligações à comunidade numa lógica exclusiva – e aqui a exclusividade significa exclusão, de que temos de nos demarcar. A cidadania dos antigos era, de facto, exclusiva, porque não reconhecia o direito de todos e porque não ligava igualdade e diferença. Michael Walzer e Charles Taylor salientam, por isso, a importância dos factores comunitários como elementos inclusivos e não exclusivos, articulando-os numa perspectiva universalista – o que conduz aos conceitos de justiça complexa, de cosmopolitismo, de respeito mútuo e de comunidade intercultural.

A cultura é, assim, considerada como um lugar de encontro entre o que recebemos das gerações que nos antecederam, o património construído e o património imaterial, os monumentos e as tradições, as pedras mortas e as pedras vivas, e o que criamos – o valor acrescentado que as novas gerações criam, a inovação, a experiência e a aprendizagem – lembrança, memória, inovação. A cultura é, assim, sementeira e construção, tradição e contemporaneidade, aprendizagem e transmissão de saberes, conhecimento e compreensão – recepção e aspiração. Afinal a “destruição criadora” corresponde à dinâmica de criar, de substituir e de completar.

Ao falar de cultura temos, por isso, de falar de memória, não da memória que conduz ao ressentimento, mas da memória que permite criar condições para o respeito e para a compreensão. Em lugar do excesso da memória deve cultivar-se a memória equilibrada e justa.³ O dever de lembrar obriga ao dever de ser justo. E numa Europa com muitos séculos de guerras civis, com a repetição e a recorrência de conflitos insanáveis, temos de compreender a importância desse equilíbrio – entre a memória e a lembrança como factores de coesão e de regulação pacífica dos conflitos.

O conhecimento da História, o rigor crítico do seu estudo e da sua investigação, a sua aprendizagem, a valorização da História política constituem elementos de combate à indiferença e à ignorância. Longe dos mitos, a **lembrança** histórica é o começo da compreensão de quem somos e do que caracteriza a nossa cultura. A **memória** corresponde à exigência de cultivar as raízes, ao culto dos valores que não têm preço, aos factores de coesão e ao fundamentar das instituições e dos instrumentos de regulação

3 Cf. Paul Ricoeur, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, Seuil, 2003.

pacífica dos conflitos. A **cidadania**, que se liga à **polis**, à cidade, ao lugar de encontro e à decisão – a partir e para além do *oikos*, do lar e da casa (que encontramos na economia e na ecologia) – permite-nos **despertar**, seguindo a lembrança e a memória, a herança e um património comum, **despertar para a liberdade, para a emancipação e para a responsabilidade**. E aqui nos encontramos no cerne da **paideia** cívica, da aprendizagem cidadã e ética, do respeito pela dignidade da pessoa humana. Os assuntos da memória não podem ficar, por isso, entregues ao zelo do ódio.⁴

O tema da identidade nacional obriga-nos, no fundo, a considerar a tensão que acabamos de referir entre o universalismo e os particularismos. Ernst Gellner falou-nos do primado empírico do Estado sobre a Nação⁵ e Anthony Smith preferiu referir a exigência de uma identidade colectiva capaz de sustentar a criação do Estado.⁶ O Estado que hoje conhecemos nasceu de um processo longo e complexo que vem da cidade grega e da República Romana e culmina na Respublica Christiana, no Renascimento, na Paz de Vestefália (1648) e na “Primavera dos Povos” (1848), no constitucionalismo liberal e nos nacionalismos expansionistas e protecionistas da primeira metade do século XX.

O caso português pode ser referenciado, porém, como pioneiro numa longa e fecunda gestação – a emancipação de D. Afonso Henriques, a fronteira de D. Dinis, a adopção do romance galaico-português como língua oficial, a revolução de 1383-85, a afirmação do Estado moderno com D. João II, o império universal português, a decadência e a Restauração, a Regeneração liberal, o Republicanismo, a Democracia... De facto, este pioneirismo fez-se a partir de um Estado que precedeu a Nação – e a construção da identidade realizou-se, a partir do século XII, pela convergência entre a Reconquista e a decadência dos reinos taifas, mediada pela influência moçárabe e pela sua sobrevivência e desenvolvimento, mas também pela constante ânsia de autonomia e de regeneração. A verdade, porém, é que com o andar do tempo houve interacções simbólicas e materiais entre a comunidade e o Estado. Como tem afirmado Manuel Villaverde Cabral, o caso português ilustra a ideia de “meio-caminho” entre as concepções instrumental e primordial da identidade nacional.⁷ Em lugar do primado ontológico da Nação tivemos uma interacção entre o Estado e a Nação, na qual o primeiro teve um papel orientador insubstituível. José Mattoso defendeu, por isso, uma ideia que se demarca do essencia-

4 Cf. Tzvetan Todorov, *Le nouveau désordre mondial. Réflexions d'un Européen*, Robert Laffont, 2003.

5 Cf. *Nações e Nacionalismo*, trad. port., Gradiva, 1993.

6 Cf. *Identidade Nacional*, trad. port., Gradiva, 1997; e *The Ethnic Origins of Nations*, Blackwell, 1986.

7 “A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância”, in *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 3, 2003, pp. 513-533.

lismo identitário – apesar de se interrogar sobre se não seriam já portugueses os habitantes do futuro Portugal.⁸ Sem haver uma etnia, mas sim várias (ou apenas duas), a verdade é que a identidade foi sendo moldada pelo Estado e por uma vontade – a partir de um *melting-pot*, do diálogo e da tensão, soberbamente abordadas por Orlando Ribeiro entre o Atlântico e o Mediterrâneo ou entre o Litoral Norte, o Interior Norte e o Sul.⁹

Como esquecer as clivagens caracterizadoras deste território de múltiplas diferenças – Norte/Sul; Campo/Cidade; Litoral/Interior, planície/montanha, Beira Serra/Alentejo? E como não lembrar os estímulos externos – a autonomia na Península Ibérica, a oposição entre “castiços” e estrangeirados, a difícil gestão do império universal – como elementos que foram solidificando os factores comuns e a tendência centrípeta? No entanto, ainda no dizer de Manuel Villaverde Cabral: “por mais paradoxal que possa parecer em um país tão antigo como Portugal, com uma coincidência alegadamente perfeita entre Estado e Nação, a verdade é que o processo de nacionalização das populações – talvez devido aos profundos curto-circuitos da cidadania, dependentes por seu turno dos atrasos da alfabetização das massas e do distanciamento entre estas e o poder político – encontra-se longe de estar completo em Portugal”.¹⁰ Dir-se-ia, afinal, que há uma participação limitada das populações na cultura portuguesa e há igualmente uma recente tomada de consciência sobre a identidade – o que não significa que haja uma “crise” de identidade. Há sim um processo complexo que se desenvolve e que, no contexto europeu, simultaneamente, se unifica e se abre. Leia-se “A Ilustre Casa da Ramires” e veja-se como nos é oferecida a construção de um imaginário (através do romance dentro do romance) voltado para o futuro, mas ancorado nas raízes e na sua visão crítica.¹¹

A propósito da nova fotobiografia de Eça de Queirós do Arquitecto Campos Matos, tive, aliás, oportunidade de recordar como, tantas vezes, prevalece uma ideia errada sobre a visão crítica de intelectuais como os da Geração de Setenta: “Conformismo, nunca; fatalismo do atraso foi sempre um inimigo jurado, desde Coimbra; optimismo lírico, também não, basta ler exactamente as últimas páginas de Eça. Sentido crítico, sempre, porque entendiam que as civilizações só se afirmam e sobrevivem se alimentarem no seu

8 Cf. *A Identidade Nacional*, Gradiva, 1998; e ainda *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal*, 1095-1325, Lisboa, 1991.

9 *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas* (7ª ed.), Sá da Costa, 1998.

10 “A Identidade Nacional Portuguesa...”, cit., p.527.

11 *A Ilustre Casa de Ramires*, 1ª ed., 1900.

seio a capacidade renovadora da criatividade incómoda. E a distância? É um dos grandes mistérios da geração. A distância entre Portugal e a Europa culta e desenvolvida é uma preocupação desde os primeiros passos”. Portugal é um país ignorante, mergulhado no obscurantismo da alma, e apenas guiado pelas perfeições do instinto? Eis o ponto fundamental. E daí a importância dos ideais e da instrução, da crítica e da ciência. E quanto ao suposto vencidismo, o desmentido é conhecido e óbvio: “Para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava” – Eça de Queirós afirma-o claramente, recusando o derrotismo e reafirmando um ideal exigente e crítico de quem não se acomoda a uma ideia de que nada vale a pena já.¹² A nossa identidade foi-se fazendo, assim, de uma visão complexa e multimoda: um cadinho de várias influências, o carácter decisivo da abertura e da capacidade de receber influências e contributos alheios, a hospitalidade, o mimetismo, a tolerância, o respeito, o inconformismo, a recusa das simplificações, o sentido irónico e as saudades do futuro, como lembrança e desejo.

Identidade e diferença? Somos, no fundo, resultado de muitas influências. É dessa matéria-prima que temos de fazer a nossa defesa. E o certo é que também nos encontramos na ideia de “homem cordial” de Ribeiro do Couto e de Sérgio Buarque de Holanda. Habitantes de Finisterra, vivemos naturalmente o dilema e a esperança que resultam de estarmos num porto, perante a opção entre ficar e partir, entre partir e regressar. Etimologicamente somos, afinal, o povo que vive no porto, na porta ou na oportunidade (com a mesma raiz do sânscrito) – como é o Douro (celticamente referenciado à palavra de raiz comum com a inglesa *door*).

A nossa relação com a Europa nos dias de hoje tem a ver com tudo isso, como Fernando Pessoa disse ao identificar-nos com a face, a máscara, a “*persona europea*”. E Francisco Lucas Pires intuiu-o, com argúcia, ao ligar de novo, os infantes D. Henrique e D. Pedro, ambos, cada um à sua maneira, homens das sete partidas – um das descobertas e do desconhecido, o outro do conhecimento e do saber de experiências feito. Eduardo Lourenço tem ligado, assim, a Europa e o Mundo, o regresso e o império, chamando-nos a entender melhor o “velho do Restelo” nossa metade, a outra metade que falta sempre a Vasco da Gama e aos favores do Olimpo.¹³ E que são “*Os Lusíadas*” senão a genial síntese dessas diversas razões?

12 Cf. “José Maria entre nós...”, publicado in *JL*, de 19.12.2007.

13 Cf. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

Manuel Castells afirma que “a nação continua ainda a ser uma forma preeminente de identificação”.¹⁴ Por outro lado, há um lado social da memória que não pode ser esquecido. Lembrar é tornar presente, é tornar viva a herança, é transmitir e ligar. A Nação (que unia na Idade Média os estudantes e os mestres de uma mesma origem geográfica) deixou, porém, de ser o alfa e o ómega da identidade social. Passou a ser uma instância insubstituível de mediação, de regulação, de legitimidade e de orientação dos poderes. Território, poder, população têm de ser referidos aos cidadãos e às pessoas, mas também à sociedade e às comunidades, numa palavra, ao bem comum. E o “bem comum” é nacional, mas também é infra-nacional e supra-nacional – de acordo com o princípio da subsidiariedade. Como disse Daniel Bell: “o Estado tornou-se pequeno e grande de mais para resolver os problemas contemporâneos”.¹⁵ E as fronteiras ganham hoje uma nova representação que ocupa o entendimento tradicional de “limites constitutivos da identificação colectiva assente na diferenciação dicotómica entre **nós** e **eles**” (no dizer de Norbert Elias).¹⁶ Os imaginários nacionais foram e são importantes, assim, para a criação de factores de coesão, mas têm de ser completados com novos elementos de abertura e de cooperação, de vocação cosmopolita e universalista. As sínteses interpretativas têm, por isso, de procurar as ligações entre identidade e diferenças, entre conflitos e instrumentos de regulação, entre interesses e valores, entre pluralismo e complementaridade.¹⁷

Mas quais os factores de coesão? A defesa nacional e a procura de uma paz justa obrigam a entendermos e a aprofundarmos esses factores. Eis porque a **cultura** (como construção e como despertar, *bildung* e *kultur*) é elemento decisivo a ter em conta – mais do que os recursos materiais ou do que as legiões militares. É evidente que não podemos dispensar os factores materiais, mas eles tornam-se falíveis (como a História demonstra, a cada passo) se não houver **coesão** e **vontade**, se não houver **confiança** nas instituições, se não houver **participação**, **representação** e **legitimidade**, se não houver capacidade de cuidar do **bem comum** e de **prestar contas**, se não houver **ética** e **cultura de responsabilidade**. E o “saber de experiências feito” (de que falam Duarte Pacheco Pereira e Camões) aponta para a capacidade de aprender e de cuidar. Como poderemos entender a coesão e a comunicação se não cuidarmos do bom uso dos factores de união, como a História, a

14 Cf. *The Power of Identity*, in Vol. II de *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Blackwell, 1997.

15 Cf. *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Basic Books, 1973.

16 Cf. *Les Logiques de l'exclusion* (com John L. Scotson), Pocket, 2001.

17 Cf. nosso *Portugal, Identidade e Diferença - Aventuras da Memória*, Gradiva, 2007; e José Manuel Sobral, “Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português”, 2006, no prelo, *Working Paper*, in www.ics.ul.pt.

língua e as línguas (sobretudo num caso, como o nosso, em que temos uma língua comum a várias nações e a várias culturas) ou se não cuidarmos da herança e da criação da cultura? Salvar uma identidade viva, preservá-la para o futuro é, assim, procurar os elementos de coesão, as raízes comuns, os valores que unem e que mobilizam.¹⁸

Eis porque temos de invocar como primeiro factor cultural de defesa a **vontade**, a vontade de que falava Alexandre Herculano, pedra angular da nossa identidade. **Existimos porque quisemos e queremos** – a partir do poder real, da *res publica* municipalista, dos barões portugalenses, dos povos moçárabes, dos concelhos, das ordens religiosas, dos camponeses e pescadores, dos estrangeirados e dos castiços. Depois, temos um segundo elemento que é a **coesão**. **Reconhecemo-nos como um só povo** apesar da diversidade geográfica e ética. A coesão fez-se da convivência múltipla do *melting-pot* (do cadinho) e da hospitalidade de *finisterra* (os louros celtas de Entre Douro e Minho, a tez morena das planícies do Sul, os “lusitanos” da Beira Serra e da raia ibérica, os berbéres do Al-Andaluz e do Algarve, os africanos do Sul, os cristãos, os judeus, os mouros, o romance e o árabe). E foi essa **coesão plural** que permitiu a aventura dos descobrimentos. Partimos porque nos sentíamos incompletos. Partimos porque estávamos habituados a conviver com o inesperado e com o diferente. Partimos porque quisemos e precisámos. Mas vivemos sempre o dilema saudoso entre ir e ficar, entre agir e entregarmo-nos ao destino. O “Labirinto da Saudade” (Eduardo Lourenço) corresponde a essa dúvida que hoje persiste, chegados ao porto, mas continuando a querer partir. O terceiro factor é a **ânsia de Regeneração**. O Padre António Vieira falou de império espiritual e pôs-nos de sobreaviso contra o sebastianismo de um morto, lançando a provocadora proposta aos vivos das “saudades do futuro”. E que é essa vontade de regeneração ou de reforma senão a necessidade que temos de romper com o fatalismo do rei-menino que morre e com ele a fina-flor da Nação? E voltamos à **vontade** de Herculano, mas também à **evolução** e à **complexidade**, factores que a Geração de 70, a *Águia*, o *Orpheu*, a primeira *Seara Nova* nos propuseram: **pôr o coração a bater ao ritmo da Europa e da modernidade**.

E chegamos ao quarto factor: à **Educação**, à aprendizagem, ao espírito crítico, à exigência, à disciplina, ao trabalho, ao rigor, à comparação, ao abrir de fronteiras. E aqui a **Europa** significa o desafio exigente que o Infante D. Pedro nos referia na sua actualíssima *Carta de Bruges* ao seu irmão D. Duarte. **Ter os olhos abertos, cuidar de aprender, cultivar o ensino e a experiência**.

18 Cf. as concepções sobre capital social e a sua importância em Robert Putnam, *Bowling alone, the collapse and revival of American Community*, Simon and Schuster, 2000.

Por fim, impõe-se, como dever cívico, a **adequação entre os meios e os fins**. Não construir castelos no ar. Prestar contas, viver com os meios que temos, cuidar da eficiência e da equidade, da eficácia e da justiça, da economia, da ética de responsabilidade. Afinal, o humanismo universalista (de Vieira a Cortesão, passando por Antero e Pessoa) obriga à consciência ecológica, ao desenvolvimento sustentável, ao combate do fatalismo do atraso.

Oiçamos, por isso, a finalizar Eduardo Lourenço, de novo: “Saído de ilusões..., povo missionário de um planeta que se missiona sozinho, confinado no modesto centro de onde saímos para ver e saber que há um só mundo, Portugal está agora em situação de se aceitar tal como foi e é, apenas um povo entre os povos. Que deu a volta ao mundo para tomar a medida da sua maravilhosa imperfeição”.¹⁹

¹⁹ *Portugal como Destino...*, cit.